

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 323, DE 2002

“Introduz dispositivo na Lei Complementar nº 101, de 2.000, tornando obrigatória a ação de regresso por parte do Poder Público, nos casos de dolo ou culpa.”

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei, renumerando-se os artigos subsequentes:

"Art. 1º Este Projeto de Lei torna obrigatório o ajuizamento de ação de regresso, nos casos de danos causados por agentes públicos a terceiros."

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA

